

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Josirene Souza I. Lucena,¹

Ricardo Pinto de Medeiros²

RESUMO

O presente artigo trata da cultura da pesca em Itapissuma. Temos como objetivo problematizar e evidenciar a cultura da pesca como patrimônio cultural. Foi resultado de uma experiência pedagógica promovida a partir da articulação entre ensino de História, Educação Patrimonial e a metodologia da história oral. O projeto foi realizado com a colaboração de alunos do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal de Itapissuma-PE. Sendo assim, temos como base, além de uma pesquisa documental com referências bibliográficas de diferentes áreas de conhecimento, também as narrativas dos pescadores e pescadoras de Itapissuma que foram entrevistados por nós, professora e alunos. Essa experiência nos possibilitou realizar uma atividade pedagógica em outros espaços de memória, ter contato com uma técnica de produção de fontes históricas e com pessoas da comunidade, ampliando, dessa forma, a percepção sobre a escrita da história e o patrimônio cultural.

Palavras chaves: História. Mulheres. Pesca.

“FISHERMEN AND FISHERMEN IN ITAPISSUMA-PE: fishing culture, memories and struggles”

ABSTRACT

This article deals with the fishing culture in Itapissuma. We aim to problematize and highlight the culture of fishing as a cultural heritage. It was the result of a pedagogical experience promoted from the articulation between history teaching, heritage education and the methodology of oral history. The project was carried out with the collaboration of elementary school students from a municipal public school in Itapissuma-Pe. Therefore, we have as basis, in addition to a documentary research with bibliographical references from different areas of knowledge, also the narratives of fishermen and fisherwomen from Itapissuma who were interviewed by us, teacher and students. This experience enabled us to carry out a pedagogical activity in other memory spaces, to have contact with a technique of production of historical sources and with people from the community, thus expanding the perception about the writing of history and cultural heritage.

Keywords: Fishing. History. Women.

¹Professora na rede pública do município de Itapissuma-PE e na rede pública Estadual de Educação de Pernambuco. Mestre em Ensino de História – PROHISTORIA/UFPE. E-mail: josirenelu@gmail.com

²Doutor em História-UFPE. E-mail: ricardopintomedeiros@gmail.com

**"PESCADORES Y PESCADORES EN ITAPISSUMA-PE: cultura pesquera,
memorias y luchas"**

CURRÍCULUM

Este artículo trata sobre la cultura pesquera en Itapissuma. Nuestro objetivo es problematizar y resaltar la cultura de la pesca como patrimonio cultural. Fue el resultado de una experiencia pedagógica promovida desde la articulación entre la enseñanza de la historia, la educación del patrimonio y la metodología de la historia oral. El proyecto se llevó a cabo con la colaboración de estudiantes de primaria de una escuela pública municipal en Itapissuma-Pe. Por lo tanto, tenemos como base, además de una investigación documental con referencias bibliográficas de diferentes áreas del conocimiento, también las narraciones de pescadores y mujeres pescadoras de Itapissuma que fueron entrevistadas por nosotros, docentes y estudiantes. Esta experiencia nos permitió realizar una actividad pedagógica en otros espacios de memoria, tener contacto con una técnica de producción de fuentes históricas y con personas de la comunidad, ampliando así la percepción sobre la escritura de la historia y el patrimonio cultural.

Contraseñas: Pescar. Historia. Mujeres.

Introdução

O presente texto é fruto de uma pesquisa sobre a cultura da pesca em Itapissuma, articulando a metodologia da Educação Patrimonial³ e da história oral⁴. O projeto foi realizado no ano de 2017, mobilizando alunos de duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, numa escola municipal em Itapissuma/PE. O projeto envolveu um total de 58 alunos, dos quais 42 aceitaram participar da realização das entrevistas, enquanto 16 apenas participaram da sequência de aulas de sensibilização e preparação. Ao término das aulas, tiveram a opção de decidir se queriam participar da segunda etapa, que seria a realização das entrevistas. Em seguida os alunos foram divididos em equipes, para realizar de forma coletiva as entrevistas. As duas primeiras entrevistas foram realizadas ainda no ambiente da sala de aula, com as duas merendeiras da escola, que também são pescadoras, como uma das atividades de preparação para a realização das entrevistas em outros espaços.

Foram 14 os entrevistados, nove mulheres e seis homens, por motivos técnicos, apenas doze foram utilizadas para compor o produto final da atividade pedagógica, que foi

³HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

⁴ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

um material didático contendo informações e imagens sobre a pesca artesanal e história de Itapissuma, a partir das memórias dos pescadores e pescadoras entrevistados. Neste artigo, optamos por utilizar trechos das narrativas de três das entrevistadas, a pescadora e merendeira Josileide Silva, Joana Mousinho e Mirian da Paz, essas últimas fazem parte da Diretoria da Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma e são importantes referências na luta pela preservação do ambiente pesqueiro.

A pesquisa realizada dialogou com as propostas e expectativas educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB⁵ que no seu artigo 13º, inciso VI, incumbe os docentes de colaborar na criação de estratégias de articulação entre escola, família e comunidade. A pesquisa resultou na Dissertação de Mestrado em ensino de História do PROFHISTÓRIA/UFPE, intitulada: “História de Pescadores e Pescadoras da Pedra Negra: uma proposta de Educação Patrimonial aplicada no ensino de História”. Nesse artigo apresentamos um recorte, enfatizando a cultura da pesca e o protagonismo das pescadoras e pescadores na sua luta por melhores condições de trabalho e também preservação do ambiente, através das suas memórias registradas nas entrevistas realizadas.

Entendemos que a história dos pescadores no Brasil Colônia esteve diretamente ligada à história dos grupos oprimidos daquela sociedade, especialmente os índios e os escravizados africanos.⁶ Vale pontuar que a pesca era a principal atividade econômica, junto com a caça, dos nativos habitantes no litoral brasileiro. Somaram-se a esses os escravos, geralmente de aluguel ou de ganho, e os brancos livres e pobres. Índios e escravizados africanos eram forçados a se especializar na atividade pesqueira para fornecer peixe às populações dos engenhos, sendo a atividade da pesca muito significativa como fonte de alimentação desde os primeiros tempos de colonização do Brasil.

Itapissuma foi gradativamente de aldeia a povoado, depois vila (fundada em 1588 por padres Franciscanos), distrito (Lei Municipal nº 11, de 31 de novembro de 1892) até ser

⁵BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

⁶SILVA, Geraldo Luiz (Coord.). *Os Pescadores na História do Brasil*. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores; Vozes, 1988. Vol1.

elevada a município (Lei Estadual nº 8952, de 14- de maio de 1982). Com uma área de 74,235 km², o município é constituído pelo distrito sede e pelo povoado de Botafogo. A abordagem sobre a cultura da pesca em Itapissuma teve como base os conceitos de memória e identidades coletivas. Segundo Lowenthal⁷, as lembranças sustentam o sentido de identidade e são acomodadas às necessidades do presente. Le Goff⁸, ao considerar o aspecto social da memória e seus usos, afirmou que a memória coletiva é também um instrumento de poder na luta pelo domínio da recordação e da tradição, no que ele denomina de manipulação da memória, e apela para que essa memória coletiva possa ser instrumento de libertação. Para Ecléa Bosi⁹, é do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação da identidade. E trabalhar com memória é trabalhar com o tempo vivido, contado pela cultura e pelo indivíduo.

O Canal de Santa Cruz como um lugar de memórias e de vida

Em Itapissuma (do tupi pedra negra), reconhecemos como um lugar de memória o Canal de Santa Cruz. Lugar que “matou a fome” de muita gente, que ajudou a criar inúmeras crianças, ensinou que é preciso temer/respeitar a natureza; lugar que assustou e salvou tanta gente, que para muitos é uma mãe, como declarou a pescadora Joana Mousinho, também Presidenta da colônia de pescadores de Itapissuma.

[...] É uma mãe, depois da minha, não é? O Canal de Santa Cruz, porque é a grande firma que a gente tem em Itapissuma. Porque não bota ninguém para fora, só recebe, não é? É porque da pesca, só sai quem quer. O Canal não diz assim: “deixe de pescar”. Sai quem quer. E quanto mais vem gente, ou pouco ou muito, mais traz. Ninguém passa fome, não é? Aí, eu tenho muito orgulho da minha cidade e desse Canal.¹⁰

Localizado no litoral norte pernambucano, o Canal de Santa Cruz é um braço de maré, ambiente estuarino (Figura 1). O estuário é um corpo de água costeiro, semifechado, conectado com o mar aberto, onde ocorre a mistura da água salgada do mar com a água doce dos rios que nele desembocam. O Canal de Santa Cruz divide a área continental de

⁷LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo (17) Nov.1998.

⁸LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 1982.

⁹BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

¹⁰MOUSINHO, Joana Rodrigues. (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos; Daniel Pereira da Silva ; Luiz Felipe Pereira; Ivanilson Ryan de Oliveira; Paula khadja Fernandes da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Pernambuco da Ilha de Itamaracá (do tupi pedra que canta). Situado a 54 km de Recife, capital do estado, com 5,3 mil hectares de área estuarina e manguezais. Na área continental, abrange os municípios de Igarassu, Itapissuma e Goiana e tem 22 km de extensão. Nele desembocam os rios Igarassu, Congo, Carrapicho, Botafogo, Catuama, e o Paripe, este último localizado na Ilha de Itamaracá (QUINAMO, 2006).¹¹ Costuma-se denominar o Canal, de “maré”. Maré seria o termo utilizado para designar todo o ambiente do manguezal, submetido ao fluxo das marés, ou seja, mudanças do nível das águas do mar (maré cheia, maré baixa, vazante, maré morta).

Figura 1- Pescadores no Canal de Santa Cruz em baiteira motorizada



Foto: LUCENA, Josirene, 2017

O governo do estado de Pernambuco, através do Decreto nº 32.488 de 17 de outubro de 2008¹², declarou como Área de Proteção Ambiental - APA - a região que compreende os municípios de Itamaracá, Itapissuma e parte de Goiana, totalizando uma área de 38.692,32ha. Com essa ação, o estado reconheceu o ecossistema do complexo estuarino do Canal de Santa Cruz como um dos mais importantes do litoral pernambucano, com grande significado ambiental e socioeconômico, bem como reconhecendo a necessidade de ações governamentais de preservação desse patrimônio natural, histórico e cultural, considerando também a relevância social e cultural das comunidades. Dentre os objetivos a serem

¹¹QUINAMO, Tarcísio dos Santos. Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4501>>. Acesso em 05 nov. 2018.

¹²PERNAMBUCO, DECRETO nº 32.488, De 17 de outubro de 2008.Governo do Estado. Disponível em:http://www.cprh.pe.gov.br/legislacao/decretos/decretos_estaduais/39820%3B59270%3B140202%3B0%3B0.asp. Acesso em: 24 dez. 2017.

alcançados com o estabelecimento da APA estão: promover o desenvolvimento sustentável, proteger a diversidade biológica e os recursos pesqueiros, preservar a cultura local e os hábitos das comunidades, melhorar a qualidade de vida da população da região, entre outros. A coordenação da gestão da APA é realizada pela Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH.

Os problemas socioambientais

No Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz,¹³ realizado pela Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional- FADURPE, dentre inúmeras informações, encontramos as referentes à poluição das águas, identificadas como de dois tipos principais: de origem doméstica e industrial. No caso da poluição de origem doméstica, o estudo indicou ser provocada pelo lançamento de esgotos domésticos e resíduos sólidos (lixo), no curso das águas. A poluição causada pelos resíduos sólidos contamina tanto as águas da superfície, quanto as subterrâneas, devido ao escoamento ou infiltração do chorume, líquido produzido a partir da decomposição orgânica do lixo. Com relação ao esgoto sanitário, o referido diagnóstico indicou que o lançamento, *in natura*, dos esgotos domésticos, causa, dentre outros impactos, o aumento do número de agentes patogênicos e macros nutrientes (nitrogênio e fósforo), afetando o equilíbrio natural do ecossistema aquático.

Nos municípios cujas sedes estão inseridas na APA de Santa Cruz, (Itapissuma e Itamaracá) não existem sistemas coletivos de esgotamento sanitário, com todas as unidades que os compõem, como rede de coleta, estações de tratamento, etc. Mesmo as casas que possuem soluções isoladas, como fossas sépticas, apresentam problemas de funcionamento. E sobre a poluição de origem industrial, responsável por impactos ambientais múltiplos e, geralmente, de natureza grave, a carga orgânica é apresentada como um dos principais indicadores da poluição, associada ou não às substâncias tóxicas. Destacamos os dados apresentados no diagnóstico, apenas os referentes à carga poluidora potencial industrial do

¹³ Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE. *Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz*. [entre 2008 e 2010] Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/diagnosticosantacruz:2243:20120906.pdf. Acesso em: 07.ago.2017

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

rio Botafogo, com quatro indústrias e 99.620 kg/DBODIA¹⁴ e Igarassu, com 29 indústrias e 1.695 KG/DBODIA¹⁵.

Observando as condições socioeconômicas atuais, numa época de constantes crises econômicas e altos índices de desemprego, o Canal de Santa Cruz continua sendo a principal alternativa de renda para uma parcela considerável da população local e de outras localidades. Em Itapissuma, a atividade da pesca artesanal corresponde à principal fonte de renda de 70% da população local.¹⁶ Para garantir o sustento, parte considerável da população recorre à atividade pesqueira, muitas vezes se fazendo necessária a participação efetiva de todos os membros da família, até mesmo das crianças. Para caracterizar a faixa de renda dos pescadores, tomamos como base o estudo de Lima e Quinamo¹⁷, que em uma pesquisa de 1996, com comunidades pesqueiras do Canal de Santa Cruz entrevistaram 348 pescadores/as, sendo 209 de Itapissuma, 57 de Atapuz, 53 de Barra de Catuama e 29 de Vila Velha (Itamaracá). Nessa pesquisa foi constatado que 49% dos pescadores entrevistados possuíam renda até um salário mínimo, sendo entre estes 32% homens e 70% mulheres, ou seja, a maioria dos que ganham até um salário mínimo é constituída de mulheres.

Sobre a realidade sócia histórica e socioambiental enfrentada pelos pescadores, Ramalho¹⁸ considerou o espaço da pesca como um lugar de conflito. Os pescadores são obrigados a enfrentar a dinâmica do sistema capitalista, que provoca a especulação imobiliária das regiões litorâneas, urbanização, ocupações desordenadas, desmatamento do ecossistema marinho e impacto ambiental, devido à instalação de indústrias nestas regiões, cujos impactos negativos, muitas vezes, são irreversíveis ao ambiente costeiro e uma ameaça à sobrevivência dos pescadores.

¹⁴KG/DBODIA - Carga orgânica. Quantidade de matéria orgânica expressa em massa por unidade de tempo e DBO- Demanda bioquímica de oxigênio.

¹⁵Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE. Op. cit.

¹⁶PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; ALBUQUERQUE, Pedro Arthur Tenório Silveira de; JUSTE, Yasmina Pimentel Victor. Na Peleja Pelo Reconhecimento Social: O caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10 de Itapissuma. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 113-142, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235652>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

¹⁷LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224.

¹⁸RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. 2002.135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002.

Para evidenciar alguns dos problemas socioambientais afetando diretamente a atividade pesqueira destacamos os estudos de Quinamo (2006)¹⁹ realizados em 380 domicílios em Itapissuma, na época os entrevistados apontaram o desemprego, falta de segurança, ausência de saneamento básico e as más condições de atendimento à saúde. Ramalho²⁰ destacou que apesar de o Canal de Santa Cruz ter sofrido com o desenvolvimento urbano e a poluição das indústrias, a diminuição na produção dos pescados foi causada pelo desemprego. Pois para os entrevistados, o impacto causado pela falta de emprego foi ainda maior do que o impacto da poluição industrial e doméstica, pois os pescadores acreditavam que ter muita gente pescando seria o principal motivo para a diminuição dos pescados. Segundo Mirian Paz, Vice-Presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma: "A degradação do meio ambiente, ela também está causando que esses crustáceos diminuam, mas a maioria, eu posso dizer a você que é a quantidade de pessoas que aumentou muito extraíndo. Aumentou muito, muito mesmo."²¹

Alguns dos nossos entrevistados também deram destaque à problemática do desemprego. Para Josilene Silva, pescadora e merendeira em uma escola municipal em Itapissuma:

[...] Houve um tempo que o desemprego ficou muito grande e o trabalho aqui é mais a maré, não é? A maré é uma mãe para muita gente, não é? Mas muito batido, porque a gente ia para a maré quando chegava na maré no instante eu tirava sururu, eu melava meu corpo de gás com óleo de comida, por mode dos mosquitos, eu saia com uma latinha com fogo dentro, por mode os mosquitos, era, a gente fazia isso e naquela época tinha muita coisa...E agora a gente vai é só para comer mesmo. E a minha cunhada, ela vive disso mesmo, minha cunhada, ela pega sururu para vender, outra pesca siri e vende carne de siri... Porque é muita gente que vai para a maré.²²

¹⁹QUINAMO, Tarcísio dos Santos. Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4501>>. Acesso em 05 nov. 2018.

²⁰RAMALHO, Op. cit.

²¹PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

²²SILVA, Josilene Cavalcante dos Santos (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Encontramos nos estudos de Lima e Quinamo²³ que as principais diferenças percebidas pelos pescadores entrevistados, referentes aos impactos ambientais, foram o desaparecimento e/ou redução na quantidade de algumas espécies (62% dos entrevistados), seguidas da redução do tamanho do pescado (30% dos entrevistados). Nos relatos dos nossos entrevistados, também encontramos referências a impactos ambientais, inclusive evidenciando a luta contra alterações que afetam ou afetariam o ecossistema costeiro de Itapissuma. De acordo com Joana Mousinho:

No ano dois mil, quando o governador do estado, o ex-governador Jarbas Vasconcelos, queria dragar aqui para o turismo, que nós brigamos e botamos a draga para correr e não deixou dragar o Canal. Muitos cuidam, mas a maioria não; que joga lixo. Entendeu? Toda a água de esgoto, de banho, de roupa, tudo, que a gente acha isso muito errado, a gente tem brigado muito por isso, desce para o Canal, entendeu? Ali mesmo naquela favela, ali, na beira mangue, não é? Aí é que é sujeira mesmo, entendeu? Para você ver, há dois meses...no mês de maio foi tirado trinta toneladas de lixo, aqui dentro do mangue...Entre a beira da maré e dentro do mangue, que a Prefeitura coletou, trinta toneladas.²⁴

Para Miriam Paz, além do problema da poluição, há também os prejuízos que os jet-skis e lanchas provocam na atividade da pesca artesanal:

Vamos lá: no Canal de Santa Cruz a nossa dificuldade é, no momento está sendo, os esgotos que estão poluindo nossos canais, as sujeiras no mangue, também no final de semana e feriados esses jet-skis e essas lanchas dentro do Canal que não dão sossego a nós quando estamos pescando, passa com tudo aí tem acidente, vira a canoa, rasga a rede, tudo isso é muita dificuldade para os pescadores.²⁵

No relato de Verônica Paz, apareceu a questão do desmatamento do mangue e da pesca predatória:

[...] Tem muitos que quando entram dentro do manguezal para pegar ostra, por exemplo, eles não cultivam aquelas que estão nascendo, eles cortam o

²³LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224

²⁴MOUSINHO, Joana Rodrigues. (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos; Daniel Pereira da Silva; Luiz Felipe Pereira; Ivanilson Ryan de Oliveira; Paula khadja Fernandes da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

²⁵PAZ, Miriam Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

manguezal com tudo, eles não têm o cuidado de tirar, tiram aqueles que é nova, assim...Eles cortam a galha do mangue, para tirar ostra, por completo, aí aquilo, aquelas que estão para se desenvolver, eles tiram aquelas que estão para se desenvolver eles tiram as que estão vivas e jogam foram e aquelas morrem, aí não serve mais para nada, aí só desmata, só desmata.²⁶

A organização, as lutas políticas e as questões de gênero

Sobre a organização de classe dos pescadores e pescadoras artesanais, ressaltamos que estes se organizam institucionalmente por meio das colônias de pescadores, ligadas às Federações Estaduais e essas congregadas na Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores. Essas instâncias são reconhecidas como órgãos de classe de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. Outra forma regular de organização de classe dos pescadores/as, de atuação mais recente, são as associações.

Segundo dados do Ministério da Pesca, 99,16% dos pescadores cadastrados no Ministério da Pesca, até 2012, são artesanais e responsáveis por 50% de toda a produção pesqueira do país, sendo 47,02% da região Nordeste. Pernambuco ocupa a 15ª posição na produção nacional, contando com 13.128 pescadores profissionais registrados. Vale salientar que esse quantitativo não reflete a realidade, pois ainda há muitos pescadores que não possuem nenhum tipo de registro de pesca ²⁷

A primeira iniciativa de matrícula dos pescadores no Brasil foi feita por meio da criação das Capitânicas dos Portos, criadas pelo governo imperial, em 1846, nas províncias marítimas do Brasil. A partir da instituição das capitânicas, procurou-se realizar a matrícula dos pescadores no país. Uma decisão imposta pela Marinha de Guerra como uma estratégia de recrutamento de contingente, na condição de “reserva naval”, substituindo o recrutamento forçado. Além de serem obrigados a se matricular, os pescadores também eram obrigados a pagar taxas por pessoa e embarcação, que além da regulamentação não lhes garantiam nenhum outro benefício de caráter profissional ou social. Entretanto, a intenção da Marinha de Guerra não foi efetivada de forma satisfatória, pois as listagens pelas quais se procurou

²⁶ PAZ, Verônica Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma - PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

²⁷ CASTRO, Denise de Freitas [org.]. [2015?]. *A Pesca Artesanal em Pernambuco: Ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal*. Disponível em: <http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017>. Acesso em: 11 mar. 2018.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

ter conhecimento do número de pescadores no Brasil nunca foram feitas de forma completa.²⁸

Essas colônias foram formadas pela Marinha de Guerra, em 1919, tendo a Federação Estadual da Pesca, por muito tempo, almirantes na presidência. No caso da Colônia Z-10, em Itapissuma, esta foi criada em 1927, pela Capitania dos Portos. Desde 1930 cabia à colônia a concessão da carteira de identificação de pescador.²⁹ Em Pernambuco, atualmente, são 41 colônias e 25 associações de pesca, um sindicato dos pescadores artesanais, profissionais e uma federação estadual.³⁰ Em 2003 foi que o governo brasileiro regulamentou a atividade pesqueira por meio do Registro Geral da Pesca (RGP). Só então os pescadores artesanais conquistaram direitos sociais já concedidos a outras categorias de trabalhadores assalariados, benefícios como participação em programas sociais do Governo Federal, a exemplo, o microcrédito e o seguro social, pagos nos meses de defeso, período em que é proibida a captura de determinado tipo de espécie, por ser período de reprodução.

A carteira foi emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e Aquicultura (SEAP/PR), que depois passou a ser o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cabendo às colônias a comprovação, mediante atestado, da atividade pesqueira artesanal. Em 2009, através da Lei nº11. 959 foi regulamentada a pesca artesanal na categoria de economia familiar, ampliando inclusive as atividades realizadas no âmbito da pesca artesanal, como o trabalho de fabricação e reparo de instrumentos de pesca e embarcações, processamento e beneficiamento dos produtos da pesca artesanal.³¹

Atualmente os pescadores estão enfrentando muitas dificuldades para terem os direitos sociais garantidos. Sobre isso muito nos esclarece o depoimento de Miriam Paz, Vice-Presidente da colônia Z-10:

²⁸SILVA, Geraldo Luiz (Coord.). Os Pescadores na História do Brasil. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores; Vozes, 1988. Vol1.

²⁹PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; ALBUQUERQUE, Pedro Arthur Tenório Silveira de; JUSTE, Yasmina Pimentel Victor. Na Peleja Pelo Reconhecimento Social: O caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10 de Itapissuma. *Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 113-142, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235652>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

³⁰CASTRO, Denise de Freitas [org.] [2015?]. *A Pesca Artesanal em Pernambuco: Ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal*. Disponível em: <http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017>. Acesso em: 11 mar. 2018.

³¹PIRES; ALBUQUERQUE; JUSTE. Op.cit.

Rapaz, hoje eu creio que a melhora da pesca era se a gente tivesse um período de parada para devidos tipos de pescado. Se existisse um defeso, um defeso quer dizer um período de parar no período em que o peixe está desovando, no período em que o sururu está crescendo, se houvesse esse defeso, como antigamente tinha do camarão aqui no nosso estado, em outros estados tem, mas aqui hoje não tem mais, eu creio que a pesca melhoraria, porque ia passar um período sem pescar e esse pescado, esse produto iria desenvolver e crescer mais e dar mais espaço para crescer e dá para a gente tirar muito mais lá na frente.

E hoje, uma dificuldade que nós estamos enfrentando maior é tirar o registro da pesca, que é nossa carteira. Foi suspensa por Brasília, desde o ano de 2013. As que foram tiradas não chegaram até hoje. E hoje para um pescador se registrar como pescador está muito difícil, porque eles não estão fazendo o registro da pesca.³²

Figura 2- Mulher extraíndo ostras das raízes do mangue

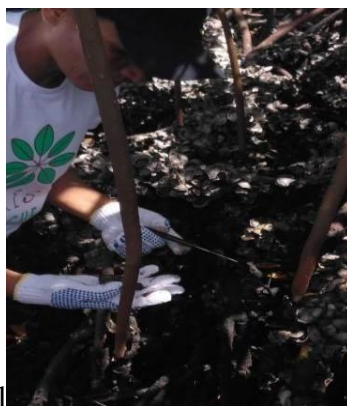


Foto: LUCENA, Josirene, 2017

Faz-se importante também analisar as questões de gênero que permeiam a atividade pesqueira. Ramalho³³ apontou o mar como um ambiente de trabalho por excelência masculino, cabendo às mulheres a função de catadeiras ou marisqueiras (figura 02), junto com os filhos, nas margens dos estuários e nos mangues. Lima e Quinamo³⁴ destacaram que a maioria das mulheres não dispõe de barco, se locomovendo a pé em locais próximos à

³²PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

³³RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. “Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. 2002.135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002.

³⁴LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

comunidade. Contudo, nos relatos de nossas entrevistadas, verificamos que algumas delas também fazem uso das embarcações para a prática da pesca.

Na atualidade, a direção da Colônia de Pescadores de Itapissuma Z-10 é toda composta por mulheres. Joana Mousinho, em 1989, foi a primeira mulher eleita no Brasil para presidir uma colônia de pescadores. Em seu relato, revelou muito dos conflitos de gênero existentes, como também evidencia a luta das mulheres contra a cultura machista que ainda persiste na cultura pesqueira.

Foi uma guerra! As mulheres não tinham direito a chegar na colônia de pescadores, só os homens. Então, nos anos setenta chegou aqui uma freira, a irmã Nilza, ela é paraibana. Ela foi quem fundou o CPP – Conselho Pastoral de Pescadores, junto com frei Alfredo, que era um alemão que morreu e [...] Ela, vendo que tinha muitas mulheres na atividade da pesca, aí começou a chamar a gente para fazer reuniões na casa dela . E toda sexta à noite ia pra lá. E foi um grupo de cinco, depois foi aumentando e a casa dela não cabia mais... Foi quando a gente começou a questionar: “por que só homem tinha direito à carteira de pesca?” Que era na época da SUDEPE e da Capitania dos Portos. Então ela elaborou um documento, nós assinamos, foi encaminhado para a SUDEPE, que era a Superintendência de Pesca, e levamos, lá encaminharam para Brasília e com um tempo chegou a resposta que a gente mulher podia tirar a carteira, mas eles não deram para a gente. A gente teve que correr atrás para saber se tinha chegado a resposta ou não. As primeiras mulheres a terem a carteira de pesca, dentro do Brasil, foram as mulheres de Itapissuma, dos anos setenta, e depois as mulheres de Cabo de Santo Agostinho.

[...] Eu tinha dezoito anos quando comecei a participar dessa luta, mas eu não queria tirar a carteira de pesca. Mas com o passar do tempo eu fui me convencendo. Aí eu fiquei no conselho fiscal da colônia, depois do conselho fiscal eu passei para ser secretária, aí quando eu vi que o presidente estava fazendo coisa que não estava agradando, aí eu decidi sair candidata a presidente. Só que antes disso, uma irmã minha, que era secretária, o presidente renunciou e ela assumiu a presidência, aí ela ficou como presidente e eu fiquei como secretária, mas depois ela não quis mais, aí entrou um homem como presidente e o pessoal não está muito satisfeito com ele, aí eu disse que ia sair candidata a presidente. E foi uma polêmica muito grande, porque nenhuma mulher podia ser presidente de colônia, só homem, não é? Aquele negócio: mulher só pode estar atrás de um fogão, ou de um tanque de lavar roupa e etecetera... Aí eu elaborei uma chapa só de mulher, só de mulher. E a gente deu de lavagem [risos]. Mas também enfrentei pesado aqui dentro... Aí quando foi em noventa e três, aí eu decidi sair candidata a presidente da Confederação dos Pescadores, a federação é a que representa todo o estado, as colônias de todo o estado, aí saiu eu e

saiu uma pescadora lá do Pina e eu ganhei para ela com uma diferença de quatrocentos e poucos votos.³⁵

A respeito da luta das mulheres, relatada por Joana Mousinho, para o reconhecimento e seguridade social, Furtado e Leitão³⁶ ressaltaram a colaboração da irmã Nilza na Comissão Pastoral da Pesca – CPP criada em 1968 e que chegou a Itapissuma a partir da ação missionária do Franciscano Alfredo Schnuettgen, de origem alemã. A irmã Maria Nilza de Miranda Montenegro, religiosa da Congregação de Santa Dorotéia da Frassinetti, chegou a Itapissuma em 1975 e iniciou a atuação com 16 pescadoras. Um ano depois organizou uma aproximação com mulheres de Ponte de Carvalho e Igarassu. Suas iniciativas resultaram no documento referido por Joana Mousinho, encaminhado para a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE em 1978, reivindicando o direito das mulheres de se cadastrarem oficialmente como pescadoras, obtendo o Registro Geral da Pesca. Portanto. A ação da Igreja Católica Romana, através da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), com destaque para a irmã Nilza Montenegro, foi determinante na motivação e apoio às mulheres na luta pela reconfiguração das relações de gênero, reconhecimento e proteção das mulheres pescadoras, fazendo de Itapissuma um espaço social de mudanças.

Outra participação efetiva das mulheres de Itapissuma destacada por Joana Mousinho e também referida por Furtado e Leitão³⁷ foi na Constituição da Pesca, em 1985, da qual participaram Anita de Luna, Presidente da Associação dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos (município de Cabo de Santo Agostinho-PE) e Margarida Mousinho Rodrigues, Presidente da Colônia Z-10 (Itapissuma-PE). Juntas, defenderam a aposentadoria para as mulheres casadas, que até então não era possível, apenas pensão no caso de falecimento dos companheiros.

A cultura da pesca em Itapissuma

³⁵MOUSINHO, Joana Rodrigues. (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e aos alunos Daniel Pereira da Silva; Luiz Felipe Pereira; Ivanilson Ryan de Oliveira; Paula khadja Fernandes da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

³⁶FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Lançando Rede Tecida e Retecida na Esperança de Garantir Peixe e Sonho. Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, *XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-3007-1.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2017.

³⁷idem

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

Passemos a descrever aspectos da dinâmica da pesca no Canal de Santa Cruz, a partir de algumas pesquisas realizadas com grupos locais. Segundo Lima e Quinamo, os pescadores embarcados trabalham de 5 a 6 dias por semana, organizados em equipes de dois a seis pescadores que saem para pescar em horários que variam de acordo com a maré, a lua e o tipo de pescado que pretendem capturar ³⁸ Sobre os tipos de pescaria, destacamos que, segundo Quinamo,³⁹, a pesca com rede de mangote (figura 3) é uma das mais representativas da pesca masculina. A pesca feminina tem como principal modalidade a pesca do siri, da ostra, sururu e marisco.

59

Figura 3 - Pesca de Mangote em Itapissuma em 2017



Foto: aluno Crisvaldo - EJA IV -Escola Estadual Gercina Fernandes Rodrigue, 2017

Para a compreensão do processo de construção das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, cuja interação com o ambiente marinho estabelece uma organização social bastante peculiar, destacamos a seguinte afirmação de Ramalho:

De fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que o permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma

³⁸LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, Enide Eskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pág. 181 – 224

³⁹QUINAMO, Tarcísio dos Santos. Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma.2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos.⁴⁰

As interações sociais criam laços de pertencimento tanto a um grupo como ao lugar onde as práticas são produzidas e reproduzidas. Nesse espaço, os indivíduos compartilham conhecimentos e experiências que os identificam como uma coletividade. Nessa perspectiva temos a compreensão do pescador como:

Pescador é aquele que conhece os caminhos e segredos do mar e do estuário e isso produz um sentimento de pertença a um grupo e, conseqüentemente, a um território. O ordenamento e uso dos espaços naturais aquáticos são resultado da experiência e conhecimento de vida.⁴¹

Ideias de companheirismo e igualdade se configuram no aspecto de que pescar com a família, amigos e compadres aparece como uma estratégia comum na atividade pesqueira. As relações parentais também representam uma forma de iniciação dos pescadores e o elo de continuidade. Como observado no relato da pescadora Mirian:

Ser pescadora significa para mim toda a minha vida. Toda a minha história. Por causa de meus avós, meus pais pescadores, meus irmãos são todos pescadores. E eu não tenho outra história de vida para contar, porque a minha vida foi... Criei meus filhos dentro do Canal de Santa Cruz e até hoje sobrevivo do Canal de Santa Cruz.⁴²

O sentimento de liberdade relacionado ao trabalho na pesca é compreendido como uma conquista de autonomia dentro de um contexto social de intensa opressão e submissão, mediante a comparação com outras formas de trabalho. Essa ideia de liberdade pertinente ao ofício de pescador ocorre também pela rotina do mar e dos pescadores. Essa dinâmica, muitas vezes, em uma sociedade capitalista, implicando na compreensão dos pescadores como avessos ao trabalho⁴³ como afirmado no ditado popular: “Não é todo dia que o mar está pra peixe”. E o que faz o pescador? Espera. Se para alguns isso é sinônimo de preguiça, podemos entender como sabedoria, típico do saber-fazer dos pescadores. A relação entre a

⁴⁰RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *“Ah, esse povo do mar!”: trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. 2002.135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002. p.32

⁴¹Ibidem, p. 37

⁴²PAZ, Mirian Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

⁴³RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p. 192-220, abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222015000100192&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2018.

“PESCADORES E PESCADORAS EM ITAPISSUMA-PE: cultura da pesca, memórias e lutas”

pesca e o sentimento de liberdade foi muito bem evidenciado no relato de Miriam Paz abaixo:

[...] Vou dizer a você viu? Minha área de pesca [riso] para mim está em primeiro lugar. Sabe por quê? Não recebe ordem de ninguém, não cumprio horário, vou o dia que eu quero, trabalho na hora que eu quero. Trabalho para mim, eu mesmo sou patrão de mim mesmo. [riso]. É por isso que eu gosto mais da área da pesca do que de trabalhar de carteira assinada.⁴⁴

Outro aspecto importante apontado por Ramalho⁴⁵ é a ideia de que pescar é uma arte envolvendo criatividade e talento. Quando questionada sobre a pesca ser considerada uma arte, Mirian explicou:

Para mim é uma arte. Porque você tem que confeccionar seus apetrechos, isso aí já é uma arte, você está dentro de um mangue tirando, extraindo de dentro da lama o sururu, com um espeto, você tirando, aquilo ali para mim é uma arte maravilhosa, a arte de pegar o siri, de você cozinhar, de você tirar a carinha tudo isso é uma arte maravilhosa. E além de uma arte, uma terapia também, porque quando a gente está ali dentro do Canal de Santa Cruz, a gente não está nem aí.⁴⁶

Considerações finais

Concluimos, portanto, que está estabelecida a indissociável relação entre liberdade, arte e trabalho nos modos de existir dos pescadores artesanais. Tornar-se um pescador, artista do mar, não é algo fácil, sempre há algo para aprender, os mistérios do mar são infinitos. O saber-fazer da pesca é adquirido na observação diária e na compreensão da ecologia marinha e suas mudanças. A cultura da pesca artesanal é um patrimônio cultural imaterial. Um patrimônio cultural a partir do que está estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo nº 216, que determina como patrimônio cultural os bens materiais e

⁴⁴ PAZ, Miriam Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

⁴⁵ RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto *Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape*, PE. 2007. 300p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280336>>. Acesso em 29 mar. 2017.

⁴⁶ PAZ, Miriam Mousinho da (entrevista, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e aos alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017

imateriais que referenciam a identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo no seu inciso II os modos de criar, fazer e viver ⁴⁷

O Brasil é um país de dimensões continentais com um extenso litoral, do extremo Norte ao extremo Sul do país. Além disso, tem uma infinidade de rios e bacias hidrográficas. Por isso, a prática da pesca artesanal no Brasil existe e persiste desde o período pré-colonial, sendo uma prática regular e predominante quando comparada à pesca industrial. Deveria, então, ser reconhecida como um aspecto da memória e da cultura nacional. E por que não foi até então institucionalmente considerada patrimônio cultural? Essa é uma das inúmeras questões indicativas de que há uma necessidade urgente de realização de políticas públicas que tenham como finalidade o fortalecimento das relações entre sociedade e seus bens culturais, buscando maior evidência aos valores justificando o reconhecimento, proteção e preservação desses bens.

⁴⁷BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.